

Qual será o futuro do Ideb?



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto

Nesses meus 35 anos dedicados às políticas públicas de educação, não tenho dúvidas em afirmar que o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi o indicador que mais mobilizou o país no campo da educação — um número simples que varia de 0 a 10 e que dá uma boa radiografia do desempenho educacional de escolas, municípios e estados, e, naturalmente, do próprio país. O Ideb é calculado pela multiplicação da nota média em língua portuguesa (LP) e matemática (MAT), extraída do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), pela taxa de aprovação fluxo escolar. Assim, torna-se possível calcular o Ideb dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio.

A recente divulgação do Ideb — relativa aos resultados de 2025 — mostrou que o país avançou bastante nos anos iniciais. Pode-se dizer assim que a chamada recomposição de aprendizagem na pós-pandemia, tanto em LP como em MAT, deu bons frutos para essa etapa escolar. Boa parte dos municípios ultrapassou os resultados de 2019 (anteriores à pandemia) — algo que não havia acontecido em 2023. O avanço em MAT, de 2023 para 2025, foi de 9 pontos no Saeb — parece que o país despertou para a crise da aprendizagem nessa disciplina. Já os avanços para os anos finais e o ensino médio foram muito discretos — quase uma estagnação.

O Todos pela Educação, em seu relatório

relativo aos resultados de 2025 do Saeb e do Ideb, mostrou claramente que o país avançou ao longo da série histórica de 2005 para 2025. Nesse período, o Ideb da rede pública passou de 3,6 para 6,1 nos anos iniciais; de 3,2 para 5,0 nos anos finais; e de 3,1 para 4,3 no ensino médio. Esse crescimento nas três etapas foi principalmente em decorrência do fluxo escolar — taxa de aprovação, com menos reprovações e mais estudantes progredindo. Nos anos iniciais também se verificou um crescimento importante pela melhora na aprendizagem.

Apesar de seu efeito mobilizador, o Ideb tem suas limitações. Por exemplo, não leva em conta os alunos que estão fora da escola. Outra limitação decorre do fato de não levar também em consideração o nível socioeconômico (NSE), que pode explicar até 40% da desigualdade na aprendizagem. Ainda não temos os dados de 2025 para o NSE, mas, olhando para os de 2023, 52% dos alunos de alto NSE têm desempenho escolar adequado em matemática, em contraste com os 32% dos alunos de baixo NSE.

Não obstante tais limitações, o Ideb, como disse, tem um papel mobilizador relevante na educação brasileira — mas o futuro não está nesse indicador, e sim no aprendizado adequado em LP e em MAT, que corresponde a um número mínimo de pontos que o aluno precisa ter no Saeb nessas duas disciplinas. Por exemplo, para os Anos Iniciais do EF, isso corresponde a 200 pontos em LP e 225 pontos em MAT.

O aprendizado adequado tem também um importante papel para o financiamento da educação — considerando o ICMS Educacional (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço) e o Valor Ano Aluno Resultado (VAAR) do Fundeb. Por outro lado, pelo trabalho da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira,

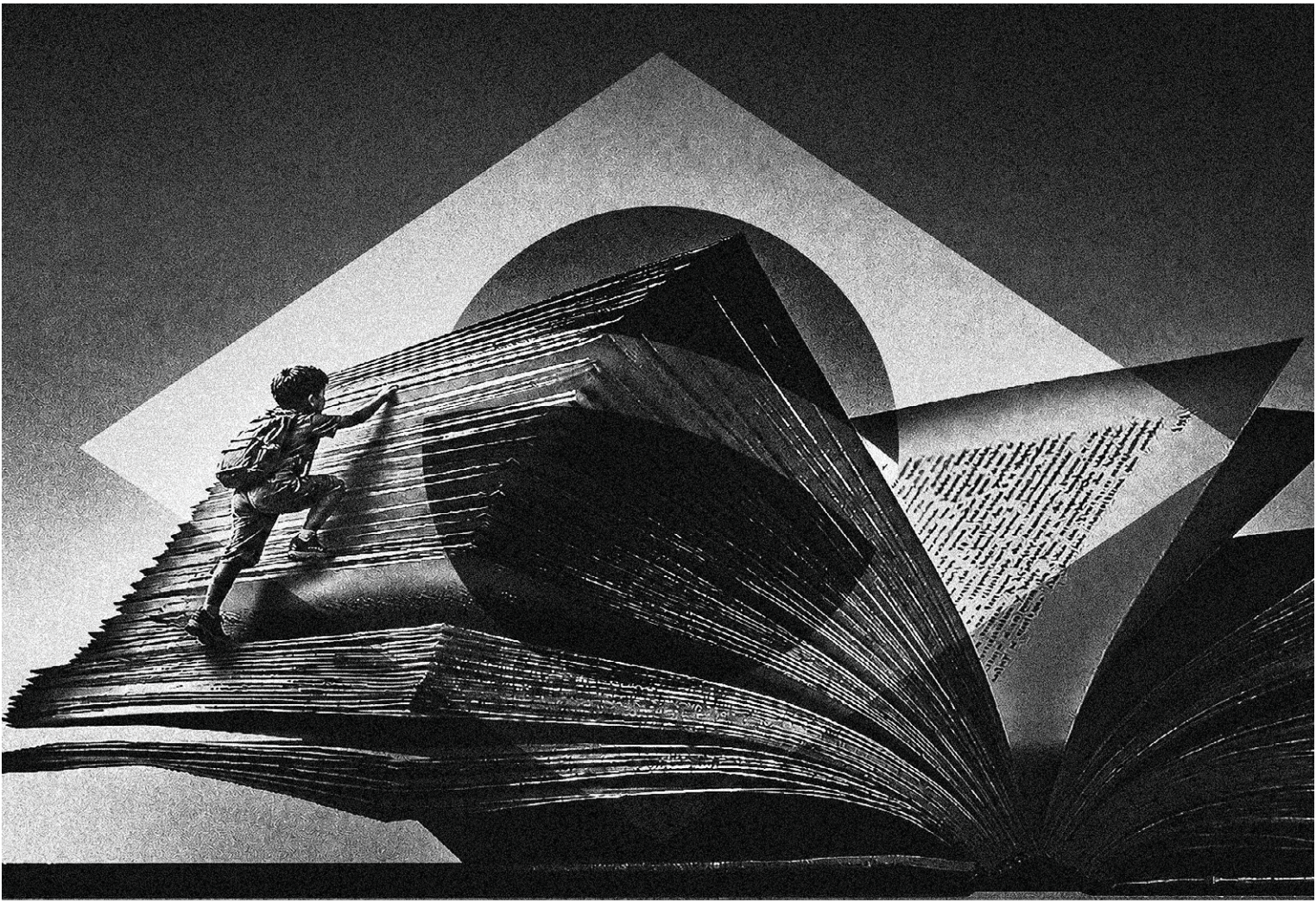
percebemos claramente que a grande maioria dos gestores municipais ainda não sabe nem o que significa, em termos de pontos no Saeb, esse aprendizado adequado, nem aquilo que seus alunos precisam dominar para alcançar tal aprendizado.

Ainda de acordo com o Todos pela Educação, o encerramento desse ciclo exige uma modernização do Saeb e do Ideb, pelo que concordo plenamente. O país precisa de avaliações mais alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), capazes de medir habilidades mais complexas e mais conectadas às demandas do mundo atual.

As matrizes do Saeb usadas nas avaliações em curso não captam esse novo ambiente disruptivo que estamos vivendo — olham para o retrovisor, e não para onde aponta o farol. Uma das mais importantes avaliações internacionais é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que já leva em consideração em suas avaliações competências como pensamento crítico, criatividade e pensamento computacional. A maneira como vamos avaliar nossos alunos a partir do advento da inteligência artificial (IA) vai mudar substancialmente. O país precisa urgentemente olhar para esse novo ambiente e preparar adequadamente nossos estudantes.

Entendo ainda que, apesar dessa nova fase de avaliar a qualidade do ensino com base nas novas habilidades para viver no século 21, não podemos “jogar o bebê fora junto com a água do banho”. Aqui me refiro ao Ideb. O país não pode colocá-lo em segundo plano, ou, ainda pior, esquecer seu papel mobilizador junto à sociedade. Ele precisa, sim, ser aperfeiçoado, mas não esquecido. Isso importa em definir novas metas para cada uma das três etapas escolares — pois ainda estamos usando as de 2021.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Eleições na emergência climática



» CARLOS BOCUHY
Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam)

As eleições de 2026 ocorrerão em um contexto que já não permite tratar a questão climática como mais um tema ambiental entre tantas outras agendas, ou relegá-la apenas a alegações cosméticas frequentes em programas políticos superficiais.

Ondas de calor, secas, incêndios, enchentes, deslizamentos e outros eventos extremos demonstram que entramos em um período no qual a capacidade de antecipar riscos tornou-se uma das principais responsabilidades de quem governa. Isso modifica também a responsabilidade de quem os eleger.

Avaliar candidatos por suas propostas para economia, emprego, saúde, educação, segurança e infraestrutura é importante. Mas a emergência climática acrescentou a exigência essencial: saber se aqueles que pretendem governar compreendem e adotarão medidas sobre o mundo no qual terão de governar.

Esse é um dos grandes dilemas das eleições de 2026. Um governante sem compreensão da crise climática não representa apenas uma posição ideológica diferente. Representa incapacidade objetiva de reconhecer riscos que

ameaçam a população, a economia e o próprio funcionamento da sociedade.

A onda de calor deste último verão europeu deixou gosto amargo. Demonstrou como o clima pode aumentar mortalidade, pressionar hospitais, elevar o consumo de energia, reduzir produtividade e aprofundar desigualdades.

Uma seca prolongada pode comprometer abastecimento público, agricultura e geração elétrica. Chuvas extremas podem ceifar vidas, atingindo especialmente populações vulneráveis que habitam áreas de risco.

A moderna administração pública começa a trabalhar com o conceito de governança antecipatória: observar tendências, identificar sinais de mudança, construir cenários e incorporar contingência e preparação às decisões do presente.

Governar depois da tragédia significa fracassar na função essencial de proteger. A pergunta que deveria ser dirigida a cada candidato é simples: quais riscos climáticos ameaçam a população que você pretende governar e o que pretende fazer antes que eles se transformem em desastre?

Planejar uma cidade sem considerar temperaturas extremas, autorizar ocupações sem compreender a dinâmica das águas, reduzir áreas verdes, fragilizar sistemas de fiscalização, desprezar a ciência ou tratar o licenciamento ambiental como simples obstáculo burocrático são até capazes de produzir ganhos políticos imediatos, já que transferem riscos e custos sociais para o futuro.

Precisamos perguntar aos candidatos como pretendem proteger a sociedade diante dos riscos que já conhecemos. Defendem sistemas de alerta precoce? Conhecem as áreas vulneráveis? Pretendem mapear populações expostas ao calor extremo? Como protegerão escolas, creches, hospitais e instituições de longa permanência? Qual será sua política de segurança hídrica?

Essas perguntas deveriam ocupar debates eleitorais, entrevistas, programas de governo e sabatinas públicas. Governança envolve estruturas, processos, instituições, regras e relações por meio das quais a sociedade identifica problemas, estabelece prioridades, toma decisões, implementa políticas e avalia seus resultados.

Governos preparados precisam ter capacidade de reunir ciência, monitoramento ambiental, conhecimento territorial, planejamento, participação social e instrumentos jurídicos para interpretar mudanças, antecipar riscos e orientar decisões.

O voto é uma decisão sobre capacidade de governo. É essencial saber se os que pretendem ser eleitos compreendem o tempo histórico em que vivemos. Trata-se de exigir algo elementar: capacidade de reconhecer evidências, ouvir a ciência, compreender riscos, planejar preventivamente e construir instituições competentes.

Mandatos duram quatro anos. Suas consequências ambientais podem atravessar gerações. A democracia sozinha não pode garantir que o futuro seja fácil. Mas pode produzir escolhas que permitam enfrentá-lo com competência.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@edabr.com.br

A Corte que se tornou parte do problema

Num país como o nosso, em que a liberdade de imprensa já não é a mesma que assegurava a antiga Constituição de 88, falar sobre as peripécias da Corte Suprema tornou-se há tempos o mesmo que cutucar com vara curta um vespertino de abelhas africanas peçonhentas. Todo o impossível tornou-se possível quando freios e contrapesos foram lançados ao mar e, sobretudo, quando personagens individuais, com CPF e tudo, passaram a ser mais importantes do que a própria instituição. O perigo de confundir pessoas com instituições é que há sempre o risco de que o efeito da maçã apodrecer tudo em volta se torne real. E é exatamente o que ocorre hoje.

Celular

Nos últimos dias, o noticiário jurídico e político do país foi tomado por um capítulo que poucos ousariam imaginar há um ano: mensagens extraídas do celular do banqueiro Daniel Vorcara, controlador do falido Banco Master, indicam contato direto e recorrente entre ele e o ministro Alexandre de Moraes. Os diálogos, segundo o que vazou do relatório da Polícia Federal, mostram o banqueiro cobrando atenção especial para o pagamento de um contrato de cerca de R\$ 131 milhões firmado entre o Banco Master e o escritório de advocacia comandado por Viviane Barci de Moraes, a própria esposa do ministro. Há ainda menções a cartões de crédito emitidos pelo banco em nome de filhos do magistrado. Parte das conversas foi apagada por Vorcara, que usava mensagens de autodestruição e anotações voláteis, um detalhe que, por si só, deveria acender todos os alarmes possíveis num país que ainda se orgulha de chamar sua Justiça de República.

Corte ou clube

A reação da própria Corte já é, em si, um retrato eloquente do tamanho do problema. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, apressou-se a pedir a nulidade da investigação, sob o argumento de que o relator do caso, o ministro André Mendonça, teria avançado sobre um colega de plenário sem autorização coletiva. Ministros ouvidos sob reserva já cogitam anular as provas contra Moraes por vício de forma. E o presidente do STF, Edson Fachin, limitou-se a prometer que “medidas cabíveis e necessárias” serão anunciadas “no tempo devido”, a mesma linguagem protocolar, vaga e dilatória que o país já aprendeu a reconhecer como sinônimo de que nada de substantivo deve ser esperado tão cedo.

Ilibados

Não é a primeira vez, nem será a última, que o nome de um ministro do Supremo aparece emaranhado nos tentáculos do escândalo Master. Antes de Moraes, foi Dias Toffoli quem avocou para si o inquérito, restringiu o acesso às provas, chegou a escolher nominalmente os peritos da Polícia Federal autorizados a mexer no material apreendido, um procedimento que a própria comunidade jurídica classificou como incomum, e ainda embarcou, na noite em que foi sorteado relator, num jato particular cedido por um empresário ligado ao caso. Reportagens têm apontado empresas de parentes do próprio Toffoli como sócias de fundos vinculados ao esquema fraudulento do banco. Ou seja: não se trata de um escorregão isolado, de um ministro se explicando sobre um mal-entendido pontual. Trata-se de um padrão.

Combustível da crise

Um tribunal que deveria fiscalizar o sistema financeiro, processar os responsáveis por uma fraude bilionária e proteger milhares de investidores lesados descobre-se, ele mesmo, no centro da rede de relações que a investigação deveria dissecar. Quando o relator de um processo tem vínculos pessoais, familiares ou financeiros com o investigado, não há flexibilização de rito ou linguagem protocolar de gabinete que resolva o problema de fundo: a Justiça deixou de ser cega para se tornar, na percepção pública, mais uma engrenagem de proteção mútua entre poderosos.

Desenhando

Quando o sistema dá a um indivíduo poder suficiente para que sua conduta pessoal se torne, automaticamente, um problema de todos torna-se o efeito da maçã podre: não é que os 11 ministros do STF sejam desonestos. Longe disso. E seria tão injusto quanto simplista dizer o contrário. É que a arquitetura atual de poder concentrado nas mãos de relatores individuais transforma qualquer suspeita sobre um deles em suspeita sobre a Corte inteira, porque não existem, hoje, freios internos robustos o bastante para isolar o problema antes que ele contamine a legitimidade do conjunto. Num ano eleitoral, o risco é duplo. De um lado, a tentação de transformar o caso Master em munição de campanha, esvaziando sua gravidade jurídica ao reduzi-la a bandeira partidária.

Mínimo

O que se exige, com urgência que já deveria ter sido atendido ontem, é que o próprio Supremo reconheça que resolver o caso Master não é apenas processar Vorcara e seus sócios, é demonstrar, com atos concretos e não com notas de gabinete, que a instituição é maior do que qualquer um de seus 11 integrantes.

A frase que foi pronunciada:

“Líderes agarram urtigas”

David Ogilvy

História de Brasília

Mas o assunto professoras já está resolvido. A verba foi mesmo liberada, e, a partir de segunda-feira, estará à disposição da Fundação Educacional. É mais: por toda a próxima semana, as professoras receberão abril e maio de uma vez. **(Publicada em 25.05.1962)**